Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

KPDS 1181884

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras **3**

Balanços patrimoniais **6**

Demonstrações do resultado **7**

Demonstrações do resultado abrangente **8**

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido **9**

Demonstrações dos fluxos de caixa **10**

Notas explicativas às Demonstrações financeiras **11**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A
Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercíco findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 14 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 S-CE

Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	47.753.454	32.002
Aplicações financeiras	5	-	21.991.970
Contas a receber de clientes	6	4.623.105	5.466.524
Impostos a recuperar		27.381	276.557
Adiantamento a fornecedores		15.354	4.578
Partes relacionadas - outros créditos	15	941.155	645.327
Despesas antecipadas	7	302.623	206.930
Total do Ativo Circulante		**53.663.072**	**28.623.888**
Aplicações financeiras vinculadas	5	4.482.857	4.084.518
Despesas antecipadas	7	1.875	623.385
Realizável a longo prazo		**4.484.732**	**4.707.903**
Imobilizado	8	246.699.917	247.188.712
Intangível		190.874	193.572
		246.890.791	**247.382.284**
Total do Ativo Não Circulante		**251.375.523**	**252.090.187**
Total do Ativo		**305.038.595**	**280.714.075**

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais		20.323	766.556
Dividendos a pagar	10	6.110.043	2.054.458
Empréstimos e financiamentos	9	7.655.606	5.257.205
Partes relacionadas - outras contas a pagar	15	280.191	39.855
Obrigações fiscais		1.126.240	1.006.728
Obrigações trabalhistas		-	34.157
Outras contas a pagar		90.755	50.880
Total do Passivo Circulante		**15.283.158**	**9.209.839**
Empréstimos e financiamentos	9	176.205.643	174.396.228
Provisão de desmobilização LP	8	2.988.704	-
Total do Passivo Não circulante		**179.194.347**	**174.396.228**
Total do Passivo		**194.477.505**	**183.606.067**
Patrimônio líquido			
Capital social	10	90.371.803	90.371.803
Reserva legal	10	1.859.157	572.832
Reserva de lucros a distribuir	10	18.330.130	6.163.373
Total do Patrimônio líquido		**110.561.090**	**97.108.008**
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**305.038.595**	**280.714.075**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	11	56.291.669	32.530.342
Custos operacionais	12	(16.350.663)	(6.504.456)
Lucro bruto		**39.941.006**	**26.025.886**
Despesas gerais e administrativas	13	(1.353.799)	(1.179.224)
Outras despesas operacionais		-	(102.266)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		**38.587.207**	**24.744.396**
Receitas financeiras	14	6.052.492	624.138
Despesas financeiras	14	(15.535.789)	(12.645.083)
Resultado financeiro líquido		**(9.483.297)**	**(12.020.945)**
Resultado antes dos tributos sobre lucro		**29.103.910**	**12.723.451**
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(3.377.412)	(1.266.804)
Lucro líquido do exercício		**25.726.498**	**11.456.647**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	25.726.498	11.456.647
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-
Resultado abrangente total	25.726.498	11.456.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021		**89.831.793**	**(51.290.367)**	**-**	**-**	**(2.665.984)**	**35.875.442**
Capital subscrito		540.010	(540.010)	-	-	-	-
Capital integralizado		-	51.830.377				**51.830.377**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.456.647	**11.456.647**
Destinação do lucro:							-
Reserva legal	10	-	-	572.832	-	(572.832)	-
Dividendos obrigatorios	10	-	-	-	-	(2.054.458)	**(2.054.458)**
Reserva de lucros a distribuir	10	-	-	-	6.163.373	(6.163.373)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**90.371.803**	**-**	**572.832**	**6.163.373**	**-**	**97.108.008**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	25.726.498	**25.726.498**
Destinação do lucro:							
Reserva legal	10	-	-	1.286.325	-	(1.286.325)	-
Dividendos obrigatorios	10	-	-	-	-	(6.110.043)	**(6.110.043)**
Dividendos adicionais distribuídos	10	-	-	-	(6.163.373)	-	**(6.163.373)**
Reserva de lucros a distribuir	10	-	-	-	18.330.130	(18.330.130)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**90.371.803**	**-**	**1.859.157**	**18.330.130**	**-**	**110.561.090**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		25.726.498	11.456.647
Ajustes para:			
Depreciação	8	10.967.591	3.920.388
Amortização		2.698	-
Rendimento de aplicações		(468.178)	(600.287)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	15.260.640	11.042.234
Resultado da baixa de imobilizado	8	213.529	-
Variação monetária pós fixada ativa	9	(1.340.880)	-
Imposto de renda e contribuição social		3.377.412	-
Apropriação do custo de captação	9	262.907	-
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		843.419	(5.466.524)
Impostos a recuperar		249.176	(259.595)
Adiantamentos a fornecedores		(10.776)	851
Despesas antecipadas		525.817	1.871.295
Partes relacionadas - outros créditos		(295.828)	(644.501)
Fornecedores nacionais		(746.233)	(884.135)
Partes relacionadas - outras contas a pagar		240.336	(489.550)
Obrigações trabalhistas		(34.157)	34.157
Obrigações fiscais		(1.185.800)	162.835
Outras contas a pagar		39.875	30.576
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**53.628.046**	**20.174.391**
Juros pagos	9	(3.312.866)	-
Impostos pagos sobre o lucro		(2.072.100)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**48.243.080**	**20.174.391**
Aplicações financeiras		22.061.809	(25.476.201)
Aquisição de imobilizado	8	(7.703.621)	(167.125.047)
Fluxo de caixa líquido utilizado (proveniente das) nas atividades de investimento		**14.358.188**	**(192.601.248)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento/integralização de capital		-	51.830.377
Dividendos adicionais pagos	10	(6.163.373)	-
Dividendos obrigatórios pagos	10	(2.054.458)	
Obrigações com arrendamento		-	(55.524)
Captações de empréstimos e finananciamentos	9	-	115.130.472
Amortizações de principal - empréstimos e finananciamentos	9	(3.009.991)	-
Custo de captação	9	(3.651.994)	(3.285.822)
Capitalização de imobilizado	9	-	4.783.385
Fluxo de caixa líquido provenientes das (utilizado nas) atividades de financiamento		**(14.879.816)**	**168.402.888**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**47.721.452**	**(4.023.969)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	32.002	4.055.971
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	47.753.454	32.002
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**47.721.452**	**(4.023.969)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A, "Companhia", situada na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, Nº 10.800, sala 236 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 23 de janeiro de 2018.

A Companhia sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 18, de 09 de janeiro de 2019 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º de janeiro de 2024 para iniciar a operação comercial da 1º e 2º unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.649 de 06 de junho de 2019. De acordo com o despacho nº 2.142 de 13 de julho de 2021, iniciou operação comercial a partir de 14 de julho de 2021 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema.

A Companhia tem por objeto social: (i) o desenvolvimento, implantação, administração e operação do parque eólico denominado EOL Martina 10; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir da EOL Martina 10; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas Demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas Demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de abril de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das Demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "*impairment"*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedor e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores nacionais, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("*impairment*")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou quaisquer indícios de "*impairment*" com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu provisão para desmobilização considerando que há obrigação legal e contratual nos contratos de arrendamentos.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.10 Arrendamento

A Companhia não adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos os valores não são conhecidos.

2.11 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 / IFRS 15 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da companhia são provenientes da comercialização no livre mercado e da venda de energia gerada. A comercialização de energia gerada no mercado de livre negociação é registrada com base nos contratos firmados com os clientes e as receitas provenientes da venda de energia gerada é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

As receitas de prestação de serviço da companhia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber mensalmente, conforme a obrigação de desempenho é atendida.

A receita de comercialização de energia é registrada com base no fornecimento de energia, acordado em a contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado - diferença entre os preços contratados e os de mercado - das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações contábeis.

Quanto à receita de venda de energia elétrica (geração centralizada), a mesma é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.12 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2022

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, apresentados na nota 9, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

Análise de sensibilidade

	Saldo 31/12/2022	**Risco**	**Cenário Provável**	**Cenário 25%**	**Cenário 50%**
Aplicações financeiras – (equivalentes de caixa) - CDB	47.626.966	Variação do CDI	47.626.966	47.891.618	47.944.548
Efeito no resultado	4.217.556		4.217.556	4.482.208	4.535.138
Aplicações financeiras (vinculadas)	4.482.857	Rendimentos em FI	4.482.857	4.549.893	4.563.300
Efeito no resultado	468.178		468.178	535.214	548.621
Empréstimos e financiamentos	(183.861.249)	IPCA	(183.861.249)	(184.965.738)	(185.186.636)
Efeito no resultado	(15.260.640)		(15.260.640)	(16.365.129)	(16.586.027)

	Saldo 31/12/2021	Risco	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Aplicações financeiras – (equivalentes de caixa)		Variação do			
CDB	21.991.970	CDI	21.991.970	22.018.401	22.023.688
Efeito no resultado	478.396		478.396	504.827	510.114
Aplicações financeiras		Rendimentos			
(vinculadas)	4.084.518	em FI	4.084.518	4.099.693	4.102.729
Efeito no resultado	121.891		121.891	137.066	140.102
Empréstimos e					
financiamentos	(179.653.433)	IPCA	(179.653.433)	(181.041.994)	(181.319.706)
Efeito no resultado	(11.042.234)		(11.042.234)	(12.430.795)	(12.708.507)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	126.488	32.002
Aplicações financeiras (a)	47.626.966	-
Total	**47.753.454**	**32.002**

(a) A Companhia mantém suas aplicações financeiras preferencialmente em fundos contratados para esse fim, com baixo risco de crédito. Para aplicações financeiras com prazo inferior a 30 dias, a companhia contratou em 2022 e 2021 instrumentos de renda fixa de curto prazo com baixo risco de crédito e remuneração com taxa média 107% do CDI . Em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro 2021 estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento.

5 Aplicações financeiras vinculadas

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras (a)	-	21.991.970
Aplicações financeiras vinculadas (b)	4.482.857	4.084.518
Total	4.482.857	26.076.488
Ativo circulante	**-**	**21.991.970**
Ativo não circulante	**4.482.857**	**4.084.518**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas no Banco ABC e Banco Alfa de investimento S.A e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação de 85% do CDI em 2021.

(b) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento celebrado com a instituição financeira em 30 de dezembro de 2019, onde as liberações foram realizadas a partir de maio de 2021. Conforme instrumento de crédito, o fundo de liquidez será mantido por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao Contrato de Financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 10,89% no ano de 2022 (9,96% no ano de 2021).

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Câmara de Comercialização de Energia (a)	22	1.056.392
Anglo American Niquel Brasil Ltda	4.401.378	4.410.132
Comerc Comercializadora de Energia	221.705	-
	4.623.105	**5.466.524**

(a) Refere-se ao saldo de exposição positiva nas operações de compra e venda de energia de âmbito da CCEE.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber por não haver perdas históricas, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresenta títulos vencidos em 31 de dezembro de 2022.

7 Despesas antecipadas

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios de seguro a apropriar	304.498	830.315
	304.498	**830.315**
Ativo circulante	302.623	206.930
Ativo não circulante	1.875	623.385

8 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Torres anemométricas	10%	72.592	(19.575)	**53.017**	**223.750**
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	251.253.141	(14.457.857)	**236.795.284**	**217.985.467**
Edificações	3,33% a 4%	2.452.798	(124.930)	**2.327.868**	**28.979.495**
Ativo de direito de uso de bens arrendados	57%	149.034	(149.034)	**-**	**-**
Provisão para desmobilização	-	2.988.703	-	**2.988.703**	**-**
Custo de empréstimo	-	4.742.850	(207.805)	**4.535.045**	**-**
Total		**261.659.118**	**(14.959.201)**	**246.699.917**	**247.188.712**

b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2021	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Torres anemométricas (i)	**223.750**	9.577	-	(158.300)	(22.010)	**53.017**
Máquinas e equipamentos	**217.985.468**	7.694.045	22.219.002	(55.229)	(11.048.002)	**236.795.284**
Edificações	**28.979.494**	-	(26.961.852)	-	310.226	**2.327.868**
Provisão para desmobilização	**-**	2.988.703	-	-	-	**2.988.703**
Custo de empréstimo	**-**	-	4.742.850	-	(207.805)	**4.535.045**
Total	**247.188.712**	**10.692.325**	**-**	**(213.529)**	**(10.967.591)**	**246.699.917**

	31/12/2020	Adições	Transferências	Depreciação	31/12/2021
Edificações	**-**	-	29.414.651	(435.157)	**28.979.494**
Torres anemométricas	**253.255**	-	-	(29.505)	**223.750**
Custos e tarifas de leilão	**13.248**	-	(13.248)	-	**-**
Custo de empréstimo	**1.240.824**	-	(1.240.824)	-	**-**
Máquinas e equipamentos	**-**	5.042	221.390.853	(3.410.427)	**217.985.468**
Licenciamento ambiental	**1.347.972**	-	(1.347.972)	-	**-**
Adiantamento fornecedores imobilizado	**46.475.761**	143.942.836	(190.418.597)	-	**-**
Imobilizado em andamento	**34.607.694**	23.177.169	(57.784.863)	-	**-**
Ativo direito de uso de bens arrendados	**45.299**	-	-	(45.299)	**-**
Total	**83.984.053**	**167.125.047**	**-**	**(3.920.388)**	**247.188.712**

9 Empréstimos e financiamentos

Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) destinado à implantação do Empreendimento Ventos de Santa Martina 10, no valor de R$ 166.830.472, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços.

Os encargos da operação correspondem a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC), apurada mensalmente, composta pelo fator de atualização monetária derivado do IPCA, acrescido de taxa de juros básicos fixos de 1,15422% a.a. (considerando-se a incidência de bônus de adimplência de 15% para pagamentos das parcelas da dívida pagas integralmente até a data do respectivo vencimento). O período total de pagamento é de 222 meses com carência de 32 meses. Os *covenants* do contrato firmado são aqueles usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao Banco do Nordeste, e a garantia do mesmo se dá por meio de fiança bancária que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do Empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se adimplente com suas obrigações estipuladas no contrato.

a. Composição do saldo

Banco	Tipo	31/12/2022	31/12/2021
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	**183.861.249**	**179.653.433**

b. Movimentação da conta

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 1º de janeiro	**179.653.433**	**51.983.164**
Captações de empréstimos e financiamentos	-	115.130.472
Amortizações de principal – empréstimos e financiamentos	(3.009.991)	-
Juros incorridos	15.260.640	11.042.234
Amortizações de juros - empréstimos e financiamentos	(3.312.866)	-
Variação monetária pós fixada ativa	(1.340.880)	-
Capitalização de imobilizado	-	4.783.385
Apropriação do custo de captação	262.907	
Custo de captação	(3.651.994)	(3.285.822)
Saldo em 31 de dezembro	**183.861.249**	**179.653.433**
Circulante	**7.655.606**	**5.257.205**
Não circulante	**176.205.643**	**174.396.228**

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

	31/12/2022		31/12/2021	
Vencimento	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
2023	-	-	7.103.012	4%
2024	7.587.199	4%	7.034.005	4%
2025	7.903.281	4%	7.350.027	4%
2026	7.909.559	4%	7.356.306	4%
2027	7.806.604	4%	7.253.350	4%
2028	8.252.149	5%	7.698.895	4%
2029	8.929.610	5%	8.098.888	5%
2030	9.374.766	5%	8.764.045	5%
2031	9.886.034	5%	9.075.313	5%
2032	10.216.145	6%	9.385.424	5%
2033	10.898.793	6%	9.790.604	6%
2034	11.411.557	6%	10.303.367	6%
2035	11.903.844	7%	10.795.654	6%
2036	12.756.839	7%	11.371.182	7%
2037	13.302.143	7%	11.916.486	7%
2038	13.975.098	8%	12.589.441	7%
2039	14.992.357	8%	13.329.232	8%
2040	15.424.980	8%	13.761.855	8%
2041	1.380.712	1%	1.419.142	1%
Total	**183.911.670**	**100%**	**174.396.228**	**100%**

O quadro acima não contempla no exercício de 2022 o valor de R$ 7.706.026, referente ao custo de captação empréstimos, ativado durante o período pré-operacional da Companhia.

10 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R$ 90.371.803 em 2022 (2021: R$ 90.371.803) e está representado por 90.371.803 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
Acionistas	**(%) de ações**	**Valor**	**(%) de ações**	**Valor**
Ventos de Santa Alice Holding S.A.	100,00%	90.371.803	100,00%	90.371.803
Total	**100,00%**	**90.371.803**	**100,00%**	**90.371.803**

Dividendos

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício	25.726.498	11.456.647
(-) Prejuízo acumulado	-	(2.665.984)
(-) Reserva legal (5%)	(1.286.325)	(572.832)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	**24.440.173**	**8.217.831**
Dividendos propostos	**6.110.043**	**2.054.458**

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2022 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R$ 18.330.130 (2021: R$ 6.163.373).

11 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Energia elétrica de curto prazo – geração própria	58.424.150	33.762.652
PIS	(379.757)	(219.453)
Cofins	(1.752.724)	(1.012.857)
Total	**56.291.669**	**32.530.342**

12 Custos operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Mão-de-obra	(154.722)	(165.526)
Energia comprada para revenda	(2.905.105)	(1.146.075)
Amortizações e depreciações	(10.760.213)	(3.890.421)
Outros custos	(128.649)	(106.394)
Serviços - pessoa jurídica	(265.344)	(158.398)
Gastos operacionais – geração energia	(657.946)	(453.279)
Seguros	(419.423)	(235.351)
Gastos com propriedades	(762.178)	(349.012)
Gastos com manutenção	(11.200)	-
Taxa de fiscalização - Aneel	(285.883)	-
Total	**(16.350.663)**	**(6.504.456)**

13 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços - Pessoa Jurídica (b)	(1.078.298)	(262.219)
Gastos diversos (viagens, veículos e combustível)	-	(266)
Despesas com tributos	(1.118)	(2.939)
Despesas com escritórios	(3.272)	-
Compartilhamento de despesa (a)	-	(631.865)
Despesas legais	(40.248)	(249.753)
Taxa de manutenção com órgão regulador.	(20.787)	(2.215)
Depreciação	(210.076)	(29.967)
Total	**(1.353.799)**	**(1.179.224)**

(a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes. Em 2022 a Companhia entrou em operação e cessou os contratos de compartilhamentos e passando a ser contratos de prestações de serviços com emissão de nota fiscal.

(b) Refere-se a consultorias, serviços de mão de obra e serviços de auditoria externa.

14 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Rendimento de aplicação (a)	4.685.734	600.287
Outras Receitas financeiras	19.997	-
Correção Restituição de impostos	5.881	-
Variação monetária ativa	1.340.880	-
Juros por inadimplência CCEE	-	23.851
	6.052.492	**624.138**
Juros pagos	(7)	(2.007)
Tarifas bancárias	(11.604)	(37.814)
Juros sobre empréstimos e financiamento	(15.260.640)	(11.042.234)
IOF	(2)	(7)
Multas e juros passivos	(629)	(5)
Juros sobre direito de uso	-	(1.132)
Comissão de fiança	-	(1.455.549)
Amortização custo de empréstimo	(262.907)	(106.335)
	(15.535.789)	**(12.645.083)**
Total	**(9.483.297)**	**(12.020.945)**

(a) Os rendimentos das aplicações financeiras que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, e estão deduzidos dos custos dos empréstimos incorridos.

15 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Em 31 de dezembro 2021	
Ativo	
Partes relacionadas - outros créditos (b) (c)	**645.327**
Passivo	
Partes relacionadas - fornecedores (a) (b)	**39.855**
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	**631.865**
Em 31 de dezembro 2022	
Ativo	
Partes relacionadas - outros créditos (b) (c)	**941.155**
Passivo	
Partes relacionadas - fornecedores (a) (b)	**280.191**
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	**-**

(a) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A

(b) A Companhia possui despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias de ativo e passivo até a sua liquidação.

(c) A Companhia possui contratos de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 09 de dezembro de 2021, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Caixas e equivalentes de caixa	47.753.454	47.753.454	32.002	32.002
Aplicação financeira	-	-	21.991.970	21.991.970
Aplicação financeira vinculada	4.482.857	4.482.857	4.084.518	4.084.518
Contas a receber de clientes	4.623.105	4.623.105	5.466.524	5.466.524
Adiantamento a fornecedor	15.354	15.354	4.578	4.578
Partes relacionadas – outros créditos	941.155	941.155	645.327	645.327
Fornecedores nacionais	(20.323)	(20.323)	(766.556)	(766.556)
Empréstimos e financiamentos	(183.861.249)	(183.861.249)	(179.653.433)	(179.653.433)
Partes relacionadas – outras contas a pagar	(280.191)	(280.191)	(39.855)	(39.855)
Outras contas a pagar	(90.755)	(90.755)	(50.880)	(50.880)
Total	(126.436.593)	(126.436.593)	(148.285.805)	(148.285.805)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

17 Imposto de renda e contribuição social corrente

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	31/12/2022	**31/12/2021**
IR/CS corrente	**(3.377.412)**	**(1.266.804)**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Receita operacional bruta	58.424.150	33.762.652
Alíquota de presunção	8%	8%
Lucro presumido	4.673.932	2.701.012
IRPJ adicional / Outras receitas não operacionais (a)	4.615.612	647.736
Alíquota vigente	25%	25%
Imposto de renda corrente	**(2.322.386)**	**(837.187)**
CSLL/alíquota de presunção	12%	12%
CSLL/Lucro presumido	7.010.898	4.051.518
Outras receitas não operacionais (a)	4.711.612	721.999
Alíquota vigente	9%	9%
Contribuição social corrente	**(1.055.026)**	**(429.617)**

(a) Refere-se as receitas financeiras, as diferenças de bases da receita financeira são decorrentes ao descrito na nota 14.a.

18 Contingências

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.